

# INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS COMO OBJETOS DIGITAIS PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL

## NATIONAL INVENTORY OF CULTURAL REFERENCES AS DIGITAL OBJECTS FOR THE PRESERVATION OF NATIONAL HERITAGE

Milton Shintaku<sup>a</sup>  
Diego José Macêdo<sup>b</sup>  
Ingrid Torres Torres Schiessl<sup>c</sup>

### RESUMO

**Objetivos:** o presente estudo visa discutir o inventário de referência cultural como objeto digital cultural, visto a sua complexidade. **Metodologia:** Para tanto, faz um estudo documental e bibliográfico, utilizando como fonte principal o google acadêmico e o Tainacan utilizado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, voltado ao registro do Inventário Nacional de Referência Cultural. **Resultados:** Como principal resultado, pode-se verificar que o inventário pode ser visto como uma meta objeto, que agrega outros, ou relaciona outros objetos, como uma exposição digital, mas que se pode enquadrar como objeto digital cultural. **Conclusão:** Da mesma forma, o tema de estudo revelou-se como um campo fértil para aprofundamento de estudos, oportunidades para novas pesquisas.

**Descritores:** Inventário de Referências Culturais. Patrimônio cultural. Objeto digital cultural. Preservação.

### 1 INTRODUÇÃO

Memória e Patrimônio Cultural são termos intimamente relacionados, que remetem às atividades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

---

<sup>a</sup> Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Estatutário no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Brasília, Brasil. E-mail: shintaku@ibict.br.

<sup>b</sup> Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Tecnologista no Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT). Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: diegomacedo@ibict.br.

<sup>c</sup> Mestra em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora no Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT). Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: ingridschiesl@gmail.com.

(Iphan), cuja missão é “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país”. Praticamente todos esses termos estão presentes na missão do instituto, na qual ganham o seu significado nas ações do próprio instituto, visto sua contextualização. Em todos os casos, memória, patrimônio e cultura são palavras polissêmicas, que se tornam termos ao serem contextualizados em um único arcabouço, como nas atividades do Iphan.

Memória, nesse contexto, faz referência à sua origem, relacionada à deusa grega Mnemosyne, devotada às lembranças, mãe de Clio, musa da história e da criatividade. Para Halbwachs (1970), mesmo que se trate do pessoal, por estarmos em uma comunidade, a memória é coletiva, um fenômeno social. Assim, não apenas a memória depende de um grupo, mas também o esquecimento depende da comunidade em que se insere.

Patrimônio, por sua vez, tem relação inicial com a área jurídica, com origens no direito romano, no legado do pai. Ferreira (2006, p. 79), comentando sobre o conceito sobre patrimônio fora do âmbito jurídico, defende que “[...] o sentido evocado é o da permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento.”. Já patrimônio cultural ganha conceituação legal por meio da Constituição Nacional de 1988, em seu artigo 126, no qual relata que: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (Brasil, 1988).

Com isso, legalmente, a memória está contida no patrimônio cultural brasileiro, se não em sua totalidade, pelo menos em algumas comunidades brasileiras. Nesse contexto, um ponto a ser destacado refere-se a como representar o patrimônio cultural, na medida em que contempla bens materiais e imateriais, além da memória de grupos sociais brasileiros, uma variedade complexa de bens que requerem vários elementos para sua representação.

A representação do patrimônio cultural em sistema de informação, assim como sua disseminação, torna necessária, pois, como defende Pires (2022), a

globalização e a colonização intelectual colocam o patrimônio cultural em perigo, diante da hegemonização cultural. Pelos estudos históricos, sabe-se que a cultura é viva e sofre de ameaças constantes de outras culturas, sendo muito comum que culturas hegemônicas suplantem as culturas minoritárias. Por isso, registrar o patrimônio cultural é um ato de preservação.

Assim, o Iphan criou o chamado Inventário de Referências Culturais como forma de registrar o patrimônio nacional. Com isso, geraram-se vários estudos voltados à identificação e aos registros, como os dos quilombolas em Alcântara no Maranhão (Souza Filho; Andrade, 2012), da Cidade Maceió e seus sítios urbanos (Batalha; Barros, 2011), e do Sistema adutor do Seridó, entre Parelhas e Dantas, no Rio Grande do Norte (Perazzo; Rios, 2016), entre tantos outros.

Nesse sentido, o presente estudo tem por finalidade relacionar o inventário cultural com os objetos digitais, por meio do registro do Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC) na ferramenta Tainacan. Com isso, busca-se colaborar com os estudos relacionados aos objetos digitais vinculados à memória e ao patrimônio cultural, assim como com o entendimento sobre o registro do INRC no sistema informatizado Tainacan.

## **2 INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL E O TAINACAN**

Inventário de Referência Cultural é um termo complexo, tendo como base a palavra “inventário”, que ganha especificidade de ser de uma referência do tipo cultural. Como todo termo ligado a uma linguagem de especialidade, só faz sentido em seu contexto de aplicação. Assim, esse termo só ganha real sentido no cenário da preservação do patrimônio cultural, como relatam Motta e Rezende (2016, p. 2):

Os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio no século XVIII no contexto da construção dos Estados Nacionais. Surgiram como modos de produzir um novo saber, por meio da coleta e sistematização de informações obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural.

Assim, com o intuito de promover a identificação e o registro de inventários

de referências culturais, o Iphan desenvolveu uma metodologia denominada Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Posteriormente, essa ação tornou-se um dos principais instrumentos para produzir e sistematizar a informação e a documentação sobre referências culturais, consistindo em um conjunto de orientações que possibilitam a identificação com as diversas abordagens necessárias para atender aos contextos de cada referência cultural (Shintaku, 2024).

O INRC, como uma orientação para identificação e registro, foi lançado em 2000, fruto de um longo processo, que data desde a década de 1970, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural, vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio, voltado ao entendimento da diversidade cultural brasileira. Chuva (2015) relata que a visão da época era de que a cultura era promotora do desenvolvimento, levando em conta os saberes populares e a diversidade natural e social das regiões brasileiras.

Dessa forma, durante anos, todos os registros efetuados pelo Iphan eram físicos, feitos em formulários impressos, muitas vezes inicialmente manuscritos. Tanto que os primeiros documentos estavam em livros de tombo. Evidentemente, isso ocorreu com o INRC, visto que não havia um sistema informatizado para tratar essa informação de forma digital. Por isso, em 2023, o Iphan firmou, junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), um projeto de pesquisa para informatizar a gestão do INRC, de forma a criar um modelo de organização e representação desse tipo de informação em sistema informatizado (Shintaku; Clerot, 2024).

Com isso, foi desenvolvido um sistema de informação com o uso do *software* Tainacan, no qual foram realizados estudos para estabelecer metadados e uma estrutura para armazenamento dos registros relacionados ao INRC. O Tainacan, como defendem Martins e Martins (2021), se apresenta como uma opção válida para registros de recursos culturais museológicos, tanto que foi adotado como ferramenta padrão para o Instituto Brasileiro de Museus.

### **3 METODOLOGIA**

Conforme os objetivos propostos, o estudo tem um caráter totalmente

qualitativo, com aspectos de relato de experiência, na medida em que desenvolve o entendimento sobre objeto digital cultural para verificar a sua aplicabilidade no Inventário Nacional de Referência cultural depositado no Tainacan. Com isso, apresenta aspectos exploratórios, pois oferece maior conhecimento sobre a relação dos temas tratados, como afirma Gil (2022). Para tanto, faz uso de várias técnicas de pesquisa de forma a cumprir com o objetivo, composto por três etapas.

Primeiramente o estudo faz uma pesquisa bibliográfica sobre objeto digital cultural, tendo como fonte o Google Acadêmico, visto que Jacsó (2005), Zientek *et al.* (2018) e Lopez-Cozar, Orduña-Malea e Martin-Martin (2019), entre outros, defendem que essa fonte é uma das mais completas, indexando grande parte das publicações. Para tanto, a coleta será feita utilizando o termo “objeto cultural”, restringindo-se aos artigos de revisão. Devido à grande quantidade de resultados que o Google Acadêmico geralmente retorna, buscou-se limitar a busca com o uso de aspas duplas e operador booleano para maior assertividade. A análise dos resultados se deu pela leitura dos artigos, utilizando técnicas de análise de conteúdo, buscando as características dos objetos digitais culturais apresentados nos documentos.

A segunda etapa consiste em analisar o registro do INRC no site oficial do Iphan, desenvolvido com a tecnologia Tainacan, por meio de projeto de pesquisa com o Ibict (Iphan, 2024). Conforme relatam Carmo *et al.* (2023), esse site foi desenvolvido com uso de alimentação automática e contém mais de mil arquivos, representando uma fonte robusta para estudo. Assim, pode ser uma fonte para o estudo de como o INRC está registrado no Tainacan.

Por fim, o estudo estabelece a relação entre o objeto digital cultura e o INRC, com o intuito de confirmar ou refutar o objeto de estudo, avaliando se inventários podem ou não ser caracterizados como objetos culturais, considerando sua complexidade. Dessa forma, discute-se como o amparo conceitual contribui para novas formas de expressão cultural, registradas em sistemas informatizados, voltados para a disseminação e, conseqüentemente, para a preservação, no sentido de garantir o registro disponível on-line.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender do que é um objeto cultural digital, pode-se recorrer à definição proposta por Silva (2017), que amplia os estudos de Thibodeau (2002), descrevendo que “[...] um objeto cultural digital é um objeto cultural, de qualquer tipo e formato, expresso sob a forma digital.” (Silva, 2017, p. 17). Para a autora, esses objetos referenciam uma vasta gama de ocorrências materiais (sítios e monumentos arquitetônicos, arqueológicos, históricos e artísticos reconhecidos e protegidos por lei), assim como os não materiais (receitas, danças, músicas, brincadeiras e saberes populares, expressões artísticas e todos os aspectos que a cultura viva pode formar).

Os resultados iniciais de busca resultaram em 35 documentos em português, o que pode indicar que o tema ainda não foi amplamente explorado por estudos em língua portuguesa. Esse ponto reflete outro problema da fonte utilizada, no caso o Google Acadêmico, que oferece uma quantidade maior de resultados, mas nem sempre relevantes e com possíveis duplicidades. Assim, muitos descartes podem ser necessários, pois alguns documentos não tratam realmente do assunto buscado. Por essa razão, apenas oito artigos apresentaram alguma contribuição (Quadro 1).

**Quadro 1 - Artigos que apresentam contribuições sobre o tema**

Nº	PONTOS DE DISCUSSÃO	REFERÊNCIA
1	Inserir os games como objeto digital cultural, na medida em que transcendem as áreas de conhecimento	PAZZINI, Luis Henrique Sforzin; CAMPOS, Gilda Helena Bernardino de. Quatro elementos compartilhados pelo campo cultural dos games e dezesseis princípios de aprendizagem. <b>Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância</b> , [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1-24, 2020. Disponível em: <a href="https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/view/361">https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/view/361</a> . Acesso em: 13 ago. 2024.
2	Aproxima a música como objeto cultural no âmbito do ensino de ciências	SOUZA, João Gabriel Costa de França; MORAES, Andreia Guerra de; REGO, Sheila Cristina Ribeiro. A música e o ensino de ciências: revisão bibliográfica nos anais do Enpec e em periódicos Qualis Capes A1 e A2. <b>Investigações em Ensino de Ciências</b> , [S. l.], v. 29, n. 1, p. 410-426, 2024. Disponível em: <a href="https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/3668">https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/3668</a> . Acesso em: 13 ago. 2024.

Nº	PONTOS DE DISCUSSÃO	REFERÊNCIA
3	Ressalta a necessidade de curadoria de objetos culturais para preservação, propondo o uso de técnicas de ciclo de vida	SILVA, Katia Alexandra de Godoi; COSTA, António Pedro. Aproximações entre curadoria digital e CAQDAS: uma revisão sistemática de literatura. <b>Práxis Educacional</b> , Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 277-300, 2021. Disponível em: <a href="https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8809">https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8809</a> . Acesso em: 13 ago. 2024.
4	Sugere que as exposições podem ser consideradas como objetos culturais	BAIÃO, Joana. Memórias de exposições: o projeto RaisExpo. <b>Midas</b> , [S. l.], n. 6, p. 1-11, 2016. Disponível em: <a href="http://journals.openedition.org/midas/969">http://journals.openedition.org/midas/969</a> . Acesso em: 13 ago. 2024.
5	Ao discutir o ensino e as questões lúdicas, defendem o brinquedo como objeto cultural, produzindo significados no contexto da brincadeira	SANTOS, Francisca Tatiana Gadelha dos; SILVA, Maria das Graças Tavares da. A ludicidade como ferramenta para a educação inclusiva na escola regular: uma revisão bibliográfica. In: BIÉ, Estanislau Ferreira; CUNHA JÚNIOR, Henrique; SILVA, Maria Saraiva; SILVA, Eliabe Bezerra de O.; BIBIANO, Francisco Afinaldo L.; SANTOS, Francisco Sérgio C.; BIÉ, Solange Lima S.; GOMES, Ana Maria V. (org.). <b>Ética e currículo</b> : pesquisas, discussões e perspectivas do fazer educativo. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 255-266.
6	Trata as histórias em quadrinhos como objetos culturais	GOMES, Ivan Lima. Histórias em quadrinhos: Um balanço bibliográfico desde a América Latina. <b>Latin American Research Review</b> , Pittsburgh, v. 55, n. 1, p. 192-198, 2020. Disponível em: <a href="https://www.cambridge.org/core/product/identifer/S0023879100006014/type/journal_article">https://www.cambridge.org/core/product/identifer/S0023879100006014/type/journal_article</a> . Acesso em: 13 ago. 2024.
7	Considera o conhecimento difundido como objeto cultural, ressaltando o processo comunicativo como ferramenta de controle	RAMOS, Marcos Gonçalves. Modelos de comunicação e divulgação científicas-uma revisão de perspectivas. <b>Ciência da informação</b> , Brasília, v. 23, n. 3, 1994. Disponível em: <a href="https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/532">https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/532</a> . Acesso em: 13 ago. 2024.
8	Entende o espetáculo como objeto cultural, composta por questões visuais e pelas apresentações, em um contexto amplo e abrangente	KÖHLER, André Fontan. Autenticidade: revisão de literatura e estado atual de sua discussão e aplicação no campo de turismo. <b>RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo</b> , Penedo, v. 11, n. 1, p. 60-84, 2021. Disponível em: <a href="https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/11187">https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/11187</a> . Acesso em: 13 ago. 2024.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Nota-se que há certa expansão do conceito inicial de objeto cultural, tradicionalmente tratado em grande parte dos estudos como os bens culturais, no âmbito da discussão sobre patrimônio material e imaterial. Dentre os pontos

levantados, destaca-se a consideração de espetáculos e exposições como objetos digitais, o que requer uma discussão mais aprofundada sobre as características desses objetos, principalmente devido à sua complexidade.

Um espetáculo em formato digital, por exemplo, pode assumir diversas modalidades, podendo ser apenas um vídeo de uma única pessoa, semelhante a muitos outros objetos digitais. Da mesma forma, pode adquirir uma proporção maior, envolvendo vários artistas, como nos casos dos espetáculos de circo ou shows com múltiplas participações, aproximando-se, assim, da sua definição dicionarizada como adjetivo, relacionada a algo grandioso.

O mesmo ocorre com exposições, que no cenário digital podem conter complexidades maiores, uma vez que há sites e ferramentas que possibilitam várias formas de apresentação de obras em uma única exposição. Evidentemente, mídias que tratam da exposição se aproximam do conceito de objeto digital tradicional, mas as exposições em si, com todas as suas possibilidades, requerem estudos mais aprofundados.

Quanto ao INRC, este apresenta a mesma complexidade, de modo que, para ser registrado na ferramenta Tainacan, desenvolvida para a gestão de objetos culturais de carácter museológico, foram necessárias modificações significativas (Luna *et al.*, 2024). Segundo os autores, pode-se entender que o Tainacan utilizado para atender ao INRC é único, sendo uma versão adaptada a um modelo diferenciado dos demais, que são em grande parte voltados para o registro de acervos de museus, uma vez que é o *software* adotado institucionalmente pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Conforme a documentação do Tainacan<sup>1</sup>, os objetos digitais são representados em forma de itens, compostos por metadados e arquivos digitais, organizados em coleções. Assim, um item tem por base um ou mais arquivos em formato digital, geralmente mídias, mas podendo ser textuais, com metadados que os descrevem em todas as suas características. Com essa estrutura, o Tainacan se aproxima das bibliotecas digitais e repositórios, com mudanças apenas do tipo de documento digital gerenciado.

Entretanto, como afirmam Costa, Paiva e Shintaku (2024), o INRC

---

<sup>1</sup> Ver: Tainacan (2024).



funciona como um guarda-chuva de itens, que pode estar em coleções diferentes. Com isso, Luna *et al* (2024) relatam que foi preciso criar novas funcionalidades para registrar os inventários, de forma que se entende um novo modelo para a ferramenta, uma extensão para as funcionalidades do Tainacan.

De forma simplificada, como mostra a Figura 1, com a apresentação do inventário sobre o frevo retirado do Tainacan do Iphan, o INRC possui aspectos complexos, agregando vários itens oriundos de diversas coleções. Assim, o registro do INRC se aproxima da estrutura de exposição do *software* Omeka, conforme exposto por Shintaku *et al.* (2018), em que uma página é criada, selecionando itens de diversas coleções e podendo adicionar blocos de informações e serviços.

**Figura 1 - Apresentação das informações no website do INRC**

# Milton Shintaku, Diego José Macêdo, Ingrid Torres Torres Schiessl Inventário nacional de referências culturais como objetos digitais para preservação do patrimônio nacional

**Frevo**

O inventário do frevo se trata no contexto da solicitação de sua reconhecimentos como Patrimônio Cultural Brasileiro, através do Decreto, conforme o mesmo (Decreto 10.515/2020). A partir da identificação cultural no longo prazo de 2000 - para a lista de referência do que se publica Registro e bem cultural em que compete a sua preservação, em fevereiro de 2020.

A sociedade brasileira pode se beneficiar da realização do Patrimônio Cultural Brasileiro com o objetivo de fortalecer a identidade do Rio de Janeiro, através da Casa de Cultura, e promover os valores para a preservação do bem cultural brasileiro e para a valorização da identidade e memória do Frevo.

A preservação do Frevo se trata no contexto da solicitação de sua reconhecimentos como Patrimônio Cultural Brasileiro, através do Decreto, conforme o mesmo (Decreto 10.515/2020). A partir da identificação cultural no longo prazo de 2000 - para a lista de referência do que se publica Registro e bem cultural em que compete a sua preservação, em fevereiro de 2020.

Foram destacados três tipos de modalidade nos quais se subdivide o Frevo:

- Frevo de rua que se divide em:
  - Frevo de rua, tradicionalmente conhecido como Frevo de rua, Frevo de rua, tradicionalmente conhecido como Frevo de rua, Frevo de rua, tradicionalmente conhecido como Frevo de rua, Frevo de rua, tradicionalmente conhecido como Frevo de rua.
  - Frevo de rua, tradicionalmente conhecido como Frevo de rua, Frevo de rua, tradicionalmente conhecido como Frevo de rua, Frevo de rua, tradicionalmente conhecido como Frevo de rua.
  - Frevo de rua, tradicionalmente conhecido como Frevo de rua, Frevo de rua, tradicionalmente conhecido como Frevo de rua, Frevo de rua, tradicionalmente conhecido como Frevo de rua.

➔ **Informação sobre o inventário**

Quer ver que **bens culturais** foram identificados no inventário do Frevo? Conheça eles aqui


➔ **Bens Culturais**

O Frevo em imagens, sons e vídeos. Conheça aqui as **Mídias** do inventário

➔ **Mídia**

Quer conhecer a versão anterior do inventário do Frevo? Veja aqui os **Documentos** originais

**ITENS RELACIONADOS A ESTE**

Agentes do Patrimônio

--	--	--	--	--

➔ **Ítens**

**4.2 - Documentos**

Agentes relacionados

--	--	--	--	--

➔ **Documentos**

**4.3 - Mídias**

Agentes relacionados

--	--	--	--	--

➔ **Projetos Relacionados**

**4.1 - Bibliografia**

Agentes relacionados

--	--	--	--	--

➔ **Bibliografias**

**3.3 - Identificação - Bem Cultural**

Agentes relacionados

--	--	--	--

➔ **Identificação de Bens Culturais**

Fonte: Elaborado pelos autores (2024) [Adaptado de Iphan (2024)].

Nota-se que o modelo criado para apresentação dos INRC é composto por dois blocos distintos, sendo o primeiro a descrição do inventário, que inclui imagens. Cabe ressaltar que a descrição, diferentemente do item, refere-se ao inventário e não à imagem. Assim, a imagem é apenas um complemento, funcionando como um metadado adicional, um metadado midiático, que complementa a descrição. A descrição do inventário é, portanto, composta por pequenas seções de textos e imagens. O segundo grande bloco é estruturado por seções de itens recuperados das coleções. Essas seções de itens foram organizadas de acordo com as coleções propostas para o Tainacan do Iphan, que, em parte, se relacionam com a tipologia documental.

Nesse caminho, as coleções foram criadas no Tainacan conforme uma tipologia, que auxilia na seleção de itens nos inventários. As coleções são organizadas em quatro grandes grupos, sendo: 1) Entidades (Agentes do Patrimônio, Organizações e Proposta de Identificação); 2) Projetos (Projeto de Identificação e Detalhamento do Projeto de Identificação); 3 Identificação (Comunidades, Territórios, Bem Cultural, Grupo, Detentores e Diagnóstico Comunitário) e 4) Documentação (Documentos, Bibliografia e Mídias). Cabe ressaltar que o Tainacan não é limitado, podendo criar outras coleções, caso necessário.

Martins *et al* (2023) demonstram a efetividade do uso do Tainacam para gestão e disseminação de objetos digitais culturais, ressaltando a necessidade de investimento na governança da informação, com uso de padrões tecnológicos para melhores resultados. Assim, o modelo criado para o Iphan colabora com a questão destacada pelos autores, na medida em que foi um resultado de projeto de pesquisa, contemplando aspectos de governança, com uso de padrões e outras características.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se afirmar que a arte e a cultura têm sido contemplada com a tecnologia, a ponto de considerar a cultura digital como uma representante do início do século XXI. Assim, cada vez mais se faz necessária a discussão sobre questões envolvendo objetos digitais culturais, sejam obras criadas digitalmente

ou representações digitais de bens materiais e imateriais, até mesmo outras possibilidades de objetos que possam ser caracterizados como culturais.

Entretanto, pelos resultados obtidos, ainda há lacunas que merecem atenção, requerendo estudos e apresentando oportunidades de pesquisa, como questões envolvendo direitos de forma geral, tecnologias, métodos, padrões de representação, ontologias, preservação, entre outros, que ainda não foram totalmente explorados. Da mesma forma, é necessário aproximar os objetos digitais de cultura a questões da ciência aberta, na medida em que os processos culturais podem se beneficiar desse movimento.

Cabe destacar que o movimento da ciência aberta, mesmo com toda a sua abrangência, ainda não atende a todas as disciplinas, como é o caso da história e das artes, que têm relação direta com a cultura. Veja, por exemplo, a taxonomia revisada da ciência aberta apresentada por Silveira *et al.* (2023), que não faz menção à questão cultural, mesmo que ciências e artes sempre tenham estado juntas em muitas iniciativas. Com isso, tornam-se imperativos estudos que aliem a ciência e a cultura em suas mais diversas iniciativas.

Assim, mesmo que a caracterização de objetos digitais possa expandir para atender a formas mais complexas de informação, como nos casos dos inventários, exposições e jogos (games), são necessários estudos mais aprofundados. Com isso, os estudos podem propor modelos, padrões e embasamento teórico que amparem o desenvolvimento de tecnologias, oferecendo os serviços necessários para enfrentar os desafios das áreas demandantes.

Portanto, objeto cultural digital revela-se como um tópico de estudo promissor, com oportunidades e desafios a serem cumpridos, de interesse da ciência da informação, dado sua relação intrínseca com a informação e sua interdisciplinaridade. Da mesma forma, mostra-se ser um tópico a ser considerado para um possível alinhamento com a ciência aberta e a necessidade de fomentar a abertura na produção de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

BATALHA, Évila Mariana A. A.; BARROS, Carlina de Almeida. O Patrimônio em essência: Inventário de Referências Culturais do Sítio Urbano do Centro na Cidade de Maceió. **Revista Semente**, Maceió, v. 6, n. 6, p. 270-283, 2011. Disponível em: <https://cesmac.emnuvens.com.br/semente/article/view/165>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 191-A, p. 1-32, 5 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 8 ago. 2024.

CARMO, Danielle do; COSTA, Paulo Henrique Ribeiro; MARICATO, João De Melo; ALENCAR, Thayane Moraes de; PAIVA, Gustavo Cardoso; SHINTAKU, Milton. A Organização, mineração e inserção automatizada de dados documentais no Tainacan: propostas para os Bens Culturais Registrados pelo Iphan. *In*: WORKSHOP DE INFORMAÇÃO, DADOS E TECNOLOGIA - WIDAT, 6., Brasília, 2023. **Anais [...]**. Brasília: Ibict, 2023. p. 1-13. Disponível em: <https://labcotec.ibict.br/widat/index.php/widat2023/article/view/43>. Acesso em: 8 ago. 2024.

CHUVA, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. *In*: REIS, Alcenir Soares dos Reis; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (org.). **Patrimônio Imaterial em Perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 25-50.

COSTA, Paulo Henrique Ribeiro; PAIVA, Gustavo Cardoso; SHINTAKU, Milton. Alimentação automática da Plataforma com o Tainacan. *In*: SHINTAKU, Milton; CLEROT, Pedro Gustavo Morgado (org.). **Memória em Rede para Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: Iphan, 2024. p. 36-50. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/9786589167808.cap2>. Acesso em: 8 ago. 2024.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Dialogos**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38967>. Acesso em: 8 ago. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Edições, 1970. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod\\_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf). Acesso em: 8 ago. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**. [S. l.]: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://inrc.iphan.gov.br/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

JACSÓ, Péter. Google Scholar: the pros and the cons. **Online Information Review**, Bradford, v. 29, n. 2, p. 208-214, 2005. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/14684520510598066/full/html>. Acesso em: 24 fev. 2023.

LOPEZ-COZAR, Emilio Delgado; ORDUÑA-MALEA, Enrique; MARTIN-MARTÍN, Alberto. Google Scholar as a data source for research assessment. *In*: GLÄNZEL, Wolfgang; MOED, Henk F.; SCHMOCH, Ulrich; THELWALL, Mike (org.). **Springer Handbook of Science and Technology Indicators**. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 95–127. Disponível em: [http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-02511-3\\_4](http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-02511-3_4). Acesso em: 8 ago. 2024.

LUNA, Mateus Machado; SHINTAKU, Milton; CARMO, Danielle do; COSTA, Lucas Rodrigues; MOURA, Rebeca Dos Santos de. **Guia Básico do Tainacan do INRC- IPHAN**. Brasília: Editora Ibict, 2024. Disponível em: <https://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/book/330>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MARTINS, Dalton Lopes; LEMOS, Daniela Lucas da Silva; OLIVEIRA, Luis Felipe Rosa de; SIQUEIRA, Joyce; CARMO, Danielle do; MEDEIROS, Vinicius Nunes. Information organization and representation in digital cultural heritage in Brazil: systematic mapping of information infrastructure in digital collections for data science applications. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, New York, v. 74, n. 6, p. 707-726, 2023. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.24650>. Acesso em: 8 ago. 2024.

MARTINS, Dalton Lopes; MARTINS, Luciana Conrado. Desafios e aprendizados na implantação do Projeto Tainacan no Instituto Brasileiro de Museus. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 91-107, 2021. Disponível em: <https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/A6-Luciana-e-Dalton.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2024.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). **Dicionário do Patrimônio Cultural**. Brasília: Iphan, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>. Acesso em: 8 ago. 2024.

PERAZZO, Marília; RIOS, Carlos. Relatório das referências culturais e arqueológicas da área de abrangência do Sistema Adutor Seridó - Trecho Parelhas/ Carnaúba dos Dantas - RN - Brasil. **Revista Noctua**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 106-128, 2016. Disponível em: [https://www.fundacaoparanabuc.org.br/arquivo/marilia\\_perazzo.pdf](https://www.fundacaoparanabuc.org.br/arquivo/marilia_perazzo.pdf). Acesso em: 8 ago. 2024.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Da proteção ao patrimônio cultural: o tombamento como principal instituto**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2022.

SHINTAKU, Milton. Inventário Nacional de Referências Culturais. *In*: SHINTAKU, Milton; CLEROT, Pedro Gustavo Morgado (org.). **Memória em Rede para Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: Iphan, 2024. p. 36-50.

SHINTAKU, Milton; CLEROT, Pedro Gustavo Morgado. Projeto de pesquisa. *In*: SHINTAKU, Milton; CLEROT, Pedro Gustavo Morgado (org.). **Memória em Rede para Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: Editora Ibict, 2024. p. 18-35.

SHINTAKU, Milton; GOMES, Rafael Fernandez; BRITO, Ronnie Fagundes de; RODRIGUES, Lucas; PEREIRA, Vinícius Carvalho; OLIVEIRA, Keicielle Schimidt de. **Guia do usuário do Omeka**. Brasília: Ibict, 2018. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/3162>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SILVA, Faysa de Maria Oliveira e. **Curadoria digital: recomendações para acervos de objetos culturais digitais**. 2017. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27700>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SILVEIRA, Lúcia da; RIBEIRO, Nivaldo; MELERO, Remedios; MORA-CAMPOS, Andrea; PIRAQUIVE-PIRAQUIVE, Daniel Fernando; URIBETIRADO, Alejandro; SENA, Priscila Machado Borges; POLANCO CORTÉS, Jorge; SANTILLÁN-ALDANA, Julio; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ENCISO-BETANCOURT, Andrés Mauricio; FACHIN, Juliana. Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, p. e91712, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/91712>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SOUZA FILHO, Benedito; ANDRADE, Maristela de Paula. Patrimônio imaterial de quilombolas: limites da metodologia de inventário de referências culturais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 38, p. 75-99, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832012000200004&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000200004&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 8 ago. 2024.

TAINACAN. **Itens**. [S. l.]: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://tainacan.github.io/tainacan-wiki/#/pt-br/items>. Acesso em: 8 ago. 2024.

THIBODEAU, Kenneth. Overview of technological approaches to digital preservation and challenges in coming years. *In*: THE STATE OF DIGITAL PRESERVATION: AN INTERNATIONAL PERSPECTIVE, 2002, Washington. **Proceedings** [...]. Washington: Council on Library and Information Resources, 2002. p. 4-31. Disponível em: <https://www.clir.org/pubs/reports/pub107/thibodeau/>. Acesso em: 8 ago. 2024.

ZIENTEK, Linda R.; WERNER, Jon M.; CAMPUZANO, Mariela V.; NIMON, Kim. The use of Google Scholar for research and research dissemination. **New Horizons in Adult Education and Human Resource Development**, [S. /], v. 30, n. 1, p. 39-46, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/nha3.20209>. Acesso em: 24 fev. 2023.

## NATIONAL INVENTORY OF CULTURAL REFERENCES AS DIGITAL OBJECTS FOR THE PRESERVATION OF NATIONAL HERITAGE

### ABSTRACT

**Introduction:** The web has become a democratic environment for the dissemination of information across various fields of activity. However, some current concepts still require discussion, such as the case of the cultural digital object, which lacks clarity within the community. **Objective:** Therefore, this study aims to discuss the cultural reference inventory as a cultural digital object, considering its complexity. **Methodology:** To this end, a documentary and bibliographic study is conducted, using Google Scholar and Tainacan, employed by the National Institute of Historical and Artistic Heritage for the registration of the National Inventory of Cultural References, as the primary sources. **Results:** The main result reveals that the inventory can be seen as a meta-object that aggregates or relates other objects, such as a digital exhibition, but can still be classified as a cultural digital object. **Conclusions:** Likewise, the study topic has proven to be a fertile ground for further studies and opportunities for new research.

**Descriptors:** Cultural Reference Inventory. Cultural Heritage. Cultural Digital Object. Preservation.

## INVENTARIO NACIONAL DE REFERENCIAS CULTURALES COMO OBJETOS DIGITALES PARA LA PRESERVACIÓN DEL PATRIMONIO NACIONAL

### RESUMEN

**Introducción:** La web se ha transformado en un entorno democrático para la difusión de información en varias áreas de actuación. Sin embargo, algunos conceptos actuales aún requieren discusión, como en el caso del objeto digital cultural, que todavía no posee claridad en la comunidad. **Objetivo:** Por eso, el presente estudio tiene como objetivo discutir el inventario de referencia cultural como un objeto digital cultural, dada su complejidad. Para ello, se realiza un estudio documental y bibliográfico, utilizando como fuentes principales Google Académico y Tainacan, utilizado en el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional para el registro del Inventario Nacional de Referencias Culturales. **Resultados:** Como resultado principal, se puede verificar que el inventario puede ser visto como un metaobjeto que agrega o relaciona otros objetos, como una exposición digital, pero que aún puede clasificarse como un objeto digital cultural. **Conclusiones:** De la misma manera, el tema de estudio se ha revelado como un campo fértil para el desarrollo de estudios más profundos y oportunidades para



nuevas investigaciones. inserir texto. inserir texto. inserir texto.

**Descritores:** Inventario de Referencias Culturales. Patrimonio Cultural. Objeto Digital Cultural. Preservación.

**Recebido em:** 16.08.2024

**Aceito em:** 25.11.2024